

Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 - **Designação da entidade:** Casa do Povo da Fajã da Ovelha
- 1.2 - **Sede:** Travessa da Casa do Povo, São Lourenço, Fajã da Ovelha
- 1.3 - **Natureza da Atividade:** A Casa do Povo da Fajã da Ovelha é uma entidade sem fins lucrativos, com o CAE 94995 e NIPC 511218389, sendo a sua atividade principal de apoio e divulgação das tradições e culturas locais.
- 1.4 - Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não seja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.
- 1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

A) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Casa do Povo da Fajã da Ovelha (CPFO), de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos dos correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem. Os dispêndios com inspeção e conservação dos activos são registados como gasto.

Os activos fixos tangíveis em curso referem-se a activos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DOS ACTIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de renda e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ✓ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ✓ A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ✓ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ✓ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- ✓ Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- ✓ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ✓ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- ✓ Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas de terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas de fornecedores ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são reconhecidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diurnidades, feriados, subsídio de turno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 / Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos do Centro Social e Paroquial de Santo António.

4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

Apesar da introdução e aplicação da NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), não se verificou alterações de estimativas contabilísticas apresentadas no âmbito do POCIPSS. Foram apurados erros materialmente relevantes originários de anos económicos anteriores que foram corrigidos com através da conta de resultados transitados, por forma a que a contabilidade reflectisse a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da entidade.

Não foram aplicadas reexpressões retrospectivas.

5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	31-12-2018
Equipamento básico	14.040,00		14.040,00
Equipamento de transporte	17.000,00		17.000,00
Equipamento administrativo	6.688,40		6.688,40
Outros activos fixos tangíveis	10.130,01		10.130,01
Activo Tangível Bruto	47.858,41		47.858,41
Depreciações acumuladas	30.858,41	2.832,20	33.690,61
Depreciações Acumuladas	30.858,41		33.690,61
Activo Tangível Líquido	17.000,00	2.832,20	14.167,80

No presente período, registou-se um total de depreciações no montante de 2.832,20, uma vez que o veículo esteve ao serviço da entidade e os restantes bens se encontraram completamente depreciados.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

7 - INVENTÁRIOS

Não aplicável

8 – RENDIMENTOS E GASTOS

No que toca aos rendimentos, os rendimentos da entidade CPFO foram distribuídos por prestações de serviços, no montante de 4.050,00, dentro do âmbito desenvolvido pela instituição e de subsídios à exploração no montante de 31.906,09, distribuídos como se refere no capítulo 10 deste anexo concedidos por entidades públicas, a saber:

- ✓ 3.000,00 pelo Município da Calheta,
 - ✓ 13.308,69 pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas,
 - ✓ 9.597,40 pela Secretaria Regional da Administração Pública,
 - ✓ 6.000,00 pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura,
- perfazendo um total de 31.906,09 de subsídios.

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICA

As entidades desta natureza, devido ao seu objecto social e natureza da actividade desenvolvida, beneficiam de subsídios de diversas entidades públicas. No caso da CPFO, os apoios atribuídos no presente período foram os seguintes:

- ✓ 3.00,00 pelo Município da Calheta,
 - ✓ 13.3085,69 pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas,
 - ✓ 9.597,40 pela Secretaria Regional da Administração Pública,
 - ✓ 6.000,00 pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura,
- perfazendo um total de 31.906,09 de subsídios.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 - Políticas contabilísticas

Foram utilizadas as bases de mensuração e outras políticas contabilísticas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

11.1 - Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

As contas dos clientes encontram-se saldadas no final do ano.

As dívidas a fornecedores perfazem um total de 7.480,09, distribuídas por diversos fornecedores com relevância quantitativa para a Electricidade da Madeira no montante de 2.379,16, e à Panoeste no montante de 1.1163,82, correspondente a, sensivelmente, metade das dívidas.

Quanto aos devedores diversos, registamos um saldo devedor do dirigente Horácio Celedónio Ferreira Ramos no montante de 2.681,88, de que não conhecemos as razões e ainda o montante de 730,00, transferidos da conta bancária para a ACAPORAMA, no mês de Outubro.

Quanto a credores, foi registada a dívida da instituição aos seus dirigentes José Luís Gouveia de Sousa, no valor de 1.000,00 euros e ao dirigente João Baptista Sardinha no valor de 2.087,32 euros.

Em 31 de dezembro de 2018, as contas das rubricas de fornecedores, clientes e utentes e de pessoal apresentam os seguintes valores:

Descrição	31-12-2017	31-12-2018
Clientes e utentes	0	0
Fornecedores	7.575,42	7.480,09
Outros devedores	0	3.411,88
Outros credores	3.650,14	3.087,32

Quanto aos fornecimentos de outros bens e serviços necessários ao desenvolvimento da atividade da instituição, salientamos por grupos os seguintes gastos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2018
Serviços especializados	7.854,72	3.456,77
Materiais	2.099,72	8.952,85
Energia e fluidos	600,31	711,28
Deslocações, estadas e transportes	20,00	764,30

Serviços diversos	1.225,90	2.653,39
-------------------	----------	----------

11.8 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2018
Caixa	756,91	4.313,38
Depósito à ordem	49,17	12.892,02
TOTAL	759,91	17.205,40

12 - BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

A instituição tem uma funcionária no âmbito dos programas de emprego, pelo que não existe qualquer vínculo laboral, ficando a cargo da entidade apenas o dever de pagar os subsídios de alimentação e de deslocação e transporte.

13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de quaisquer eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14 - AGRICULTURA

Não aplicável

15 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável

16 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

Não aplicável

Fajã da Ovelha, 10 de Março de 2019

A Contabilista Certificada

Távora

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2018

	Notas	2018	2017
(em euros)			
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados		4.050,00	
Subsídios à exploração			18.282,70
Subsídios, doações e legados à exploração		31.906,09	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(15.903,59)	(11.795,43)
Gastos com o pessoal		(454,41)	
Imparidade (perdas / reversões)			
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Outros rendimentos			300,00
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outros gastos			(104,89)
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos		(50,00)	
Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		19.548,09	6.682,38
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(2.832,20)	
Total resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		16.715,89	6.682,38
Juros e rendimentos similares obtidos			
Gastos de financiamento (líquidos)			
Juros e gastos similares suportados		(19,46)	
Total resultado antes de impostos		16.696,43	6.682,38
Imposto sobre o rendimento do período			
Total resultado líquido do período		16.696,43	6.682,38

Assinado por: **TÂNIA CARINA VIEIRA DE SOUSA**
 Num. de Identificação: 12882738
 Data: 2021.12.22 14:23:24 +0000
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 86888.**



(Administração)

(Contabilista Certificado)

Balanço em 31 de dezembro de 2018

(em euros)

Rubrica	Notas	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		14.167,80	17.000,00
Ativos intangíveis			
Bens do património histórico e cultural			
Investimentos financeiros			
Créditos e outros ativos não correntes			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		14.167,80	17.000,00
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Capital subscrito e não realizado			
Diferimentos			
Outros ativos correntes			4.308,70
Outros ativos correntes		3.411,88	
Caixa e depósitos bancários		17.205,40	806,08
Total ativo corrente		20.617,28	5.114,78
Total ativo		34.785,08	22.114,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Capital subscrito			
Outros instrumentos de capital próprio			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		7.378,12	(763,01)
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		16.696,43	6.682,38
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total capital próprio		24.074,55	5.919,37
Total fundos patrimoniais		24.074,55	5.919,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		7.480,09	7.575,42
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			26,15
Diferimentos			
Outros passivos correntes			8.593,84
Outros passivos correntes		3.230,44	
Total passivo corrente		10.710,53	16.195,41
Total passivo		10.710,53	16.195,41
Total capital próprio e passivo		34.785,08	22.114,78
Total fundos patrimoniais e passivo		34.785,08	22.114,78

Assinado por: TÂNIA CARINA VIEIRA DE SOUSA

Num. de Identificação: 12882738

Data: 2021.12.22 14:23:02 +0000

Certificado por: Ordem dos Contabilistas Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC nº 86888.



(Administração)

(Contabilista Certificado)